

## Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Gestor de Mauá

**Resende, 02 de setembro de 2013.**

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia dois de setembro de dois mil e treze deu-se início a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor de Mauá, nas dependências da sede provisória do Parque Estadual da Pedra Selada - PEPS. O Presidente iniciou a reunião se apresentando e cumprimentando a todos os presentes, dizendo que fomos procurados por alguns membros do Conselho Gestor da Microbacia Hidrográfica do Alto Rio Preto, com a sugestão de retomarmos as reuniões do Conselho, em função da obra da Estrada Parque, das intervenções do Estado através da Secretaria de Obras e da contratação do SEBRAE que está desenvolvendo um diagnóstico da região e realizou algumas audiências.

O mesmo falou que fomos informados que o SEBRAE e o Estado estão propondo criar um Conselho, que terá como objetivo gerir as questões ligadas à estrada Parque, a região de Visconde de Mauá do trecho da Ponte dos Cachorros até Maromba.

Porém, como ainda existe esse Conselho que foi criado através do Decreto 2707 de 23 de setembro de 2008, que reestruturou o Conselho Especial do Plano Diretor do Ecodesenvolvimento da APA da Mantiqueira no perímetro de Resende.

Disse também, que esse Conselho se reuniu por muito tempo em Resende até que se editou este Decreto para criação desse atual Conselho e a partir desse momento as reuniões passaram a acontecer em Visconde de Mauá.

O Presidente falou que mesmo quando não estava à frente da Secretaria do Meio Ambiente, participou de algumas reuniões representando a FEEMA e INEA, mas não pôde acompanhar o que aconteceu com o Conselho Gestor e qual foi o motivo do esvaziamento.

Disse também, que o convite dessa reunião foi enviado a todas as instituições e representantes através de email. A finalidade dessa reunião era para decidir se esse Conselho seria mantido, extinto, reestruturado, ou se devemos trabalhar em consonância com o estado e SEBRAE.

Em seguida o Sr. Wilson Moura (AMAR) fez a leitura do Decreto de criação do Conselho Gestor. Após a leitura, o Presidente falou que só temos 06 representantes e que a grande maioria não se interessou em participar, pois considera que este conselho praticamente já foi extinto.

Falou que estamos aqui para decidirmos com todos os que têm o poder de voto através do Decreto, se o Conselho será reestruturado, e se caso isso ocorra precisamos buscar novas entidades para recompor e se a decisão for de extinção, teremos que fazer através de um Decreto assinado pelo Prefeito Municipal.

Em seguida, por solicitação a palavra foi passada ao Sr. Sérgio Maia (NOVA TERRA) que falou que primeiramente precisávamos entender qual a finalidade do conselho, e que este é o canal de comunicação entre sociedade e o estado.

Disse também, que nas outras reuniões tivemos a presença do Estado, Prefeituras e entidades. E que os projetos da sociedade civil são encaminhados ao Conselho para serem discutidos com o Estado, que é o órgão irá executar. E que afirmou que se esse Conselho não está bem equilibrado, poderíamos alterar o Decreto. Disse ainda, que a experiência do Conselho do Ecodesenvolvimento foi maravilhosa de tentar juntar a sociedade com o Estado e um Conselho. Falou também, da importância de todos estarem integrados, mas em sua opinião criar outro conselho igual perde todo

o sentido, e que não poderia ser esquecido a história de Mauá que teve um grande esforço da sociedade.

O Sr. Antônio Teixeira (SINDICATO RURAL) disse que quando esse Conselho foi criado foi para gerir a APA da Mantiqueira perímetro Resende, e que gostaria de fazer uma pergunta sobre a questão de jurisdição, pois quando o Conselho foi criado era da jurisdição do Prefeito de Resende, e quando se criou o Conselho Gestor da Microbacia do Alto Rio Preto, aglutinando as entidades e outros estados envolvidos, o mesmo acha que juridicamente houve um ato falho, e que não se sabe se a Prefeitura de Itatiaia e Bocaina participaram com Decreto, pois hoje quem está dominando é a Prefeitura de Resende, e se um decreto cair irão cair todos.

E como membro do COMTUR, acha que Resende precisa de uma entidade para continuar tomando conta da APA da Mantiqueira e se por acaso esse Conselho acabar essas atribuições podem voltar para o COMTUR, e para ser criado um novo conselho em Mauá precisa ter a participação das três cidades e dos dois estados.

O Presidente acrescentou que como não teve uma participação ativa no conselho estava entendendo que a proposta de era de se criar um novo conselho que não ficasse na responsabilidade da Prefeitura de Resende e sim no Estado para que o mesmo pudesse gerenciá-lo.

O Sr. Sérgio Maia (NOVA TERRA) falou que não existe nada que impeça a Prefeitura de Resende de criar um Conselho e convidar outros municípios e estados, porque o conselho gestor é consultivo e não deliberativo e falou da importância da gestão integrada.

A Sra. Jussara Nunes (ACVM) falou que esse Conselho está sendo criado pelo Estado, SEBRAE e a comunidade é um conselho que estão esperando há muito tempo, em prol das modificações e disse que há cinco anos a realidade era outra, não tinha a Estrada Parque, as urbanizações, enfim, e que têm acontecimentos novos envolvendo dois estados e três prefeituras, e falou que acredita que esse será um novo espaço para discutir as novas propostas, como uma nova visão.

Disse ainda, que por conta de todas essas questões novas que estão chegando à mesma é a favor que esse novo conselho seja fortalecido e que todos possam participar.

O Presidente disse que colaborando com a fala da Sra. Jussara Nunes (ACVM), o mesmo enxerga a possibilidade de trazermos o Estado com mais responsabilidade através desse outro Conselho Gestor, mas isso não quer dizer que o município estará de fora, porém, precisamos somar.

Disse ainda, que a proposta dele era aguardar a criação deste Conselho, e a partir desse momento extinguir o atual, mas de qualquer forma para que esse volte a atuar precisará de uma reestruturação.

A Sra. Jussara Nunes (ACVM) disse em conversa com algumas associações de moradores, os mesmos disseram que não reconhecem mais este conselho e que já enviaram cartas ao Conselho solicitando a exclusão.

O Sr. Rodrigo Rodrigues (PEPS) pediu desculpas pelo atraso, e disse na noite anterior teve um problema de emergência na Pedra Selada. A Sra. Jussara Nunes acrescentou que o maior problema ocorreu quando transformaram o Conselho do Plano Diretor e criaram o Conselho Gestor através de Decreto/Lei sem a participação das associações.

E que não foi dado sequência no plano diretor existente. O Sr. Antônio C. A. Teixeira (SINDICATO RURAL) falou que ele e o Presidente Wilson Moura participaram de uma política de

governo, e que criaram 90% dos Conselhos Municipais, menos o da saúde, turismo e meio ambiente.

Disse também, que quando foi criado o COMTUR era para ser um consorcio com as Prefeituras envolvidas. Porém, o Prefeito de Resende acreditou nos seus representantes, mas Itatiaia, Quatis e Porto Real não, sendo assim, o conselho acabou.

Disse ainda, que se fosse criar um novo conselho, teria que ter a participação das três Prefeituras e que precisava de um acordo do Estado do Rio de Janeiro, com o de Minas Gerais. E afirmou que tem que ser uma questão estadual, porque senão ficará na mão da Prefeitura de Resende, e para que o conselho tenha voz ativa com os governos precisamos da participação do Estado.

A Sra. Patrícia Carvalho (APROVIM) disse que no momento que sentiram a necessidade de reinstitucionalizar um conselho que trabalhou durante um tempo sem decreto sancionado, porém, em algumas reuniões foi discutido o decreto e afirmou que o mesmo não foi criado por eles e sim pelo Prefeito, mas que anteriormente dentro do conselho já tinha sido discutido como se faria para este atual conselho ter mais força e também sobre a criação do decreto e isto conta em ata.

A Sra. Jussara Nunes (ACVM) falou que pegaram um conselho que era tripartite e transformaram num conselho da Prefeitura e que isso causou indisposição dentro do Conselho Gestor. Disse também, que as associações decidiram sair por conta própria, porém, um dos motivos foi quando o Conselho da Apa da Mantiqueira Conselho Gestor se transformou no Conselho Gestor e outro motivo foi a respeito da Estrada Parque, quando teve a presença de novas pessoas e foram contra o interesse da época.

Terminou dizendo que era para esquecer o que foi ruim e levar só a parte boa para esse novo conselho. O Sr. Derek Sharp (MAUATUR) perguntou quando aconteceu a última reunião do Conselho. E falou que reclamaram de um decreto municipal, porque é uma aberração colocar um decreto municipal para controlar uma área Federal.

Disse também, que o mesmo não vê solução nem no conselho municipal e nem do estadual. Mas que só vê uma solução, se esse atual conselho deixasse de ser chapa branca para ser um conselho efetivamente representativo da região como um todo.

Disse também, que não tínhamos nenhum representante de Itatiaia, Bocaina de Minas, ICMbio e Governo Federal. E acrescentou que se pudesse ter o Ministério das Cidades, talvez trouxesse uma solução para Mauá por ser um órgão federal regulador. Falou que não é contra e nem a favor de reativar o conselho, porém, sua opinião que o conselho nasça da população.

O Presidente disse que o Conselho do Plano Diretor da Apa da Mantiqueira no Perímetro de Resende, foi criado de demandas da comunidade, que se reuniam para se discutir os interesses da comunidade. Sendo assim, o município de Resende criou o decreto, e respondeu ao Sr. Derek Sharp (MAUATUR) que a pauta dessa reunião era justamente para decidir o que será feito com atual conselho.

O Sr. Rodrigo Rodrigues (PEPS) disse que vem colhendo memórias deste conselho em discussões com alguns representantes. E que uma questão que pode ajudar a minimizar este conflito, é a formação do conselho do Parque que não é iniciativa popular e sim por lei. E como o Parque está abrangendo parte de Itatiaia e de Resende, terão autonomia para cobrar a municipalidade de Itatiaia. Falou ainda, que não faz sentido ter um Conselho da Estrada Parque e outro do Parque, e que o conselho da estrada parque poderia virar uma câmara técnica dentro do conselho do Parque.

Em seguida, o mesmo explicou porque o Parque da Pedra Selada entrou no conselho da Apa da Mantiqueira e Mosaico, para ter um pouco mais de instrumento legal para puxar discussão naquilo que é interesse direto deles e que o Parque tem autonomia para atuar dentro de um âmbito federal e o poder de cobrar seja através do mosaico ou do conselho da APA.

O Sr. Derek Sharp (MAUATUR) acrescentou que a formação do Conselho do Parque é lei, porém, a formação de um conselho é deliberativo ou consultivo de uma região que abrange três municípios e dois estados dentro de uma APA, falou ainda, que não é uma questão de lei e sim de vontade.

O Sr. Rodrigo Rodrigues (PEPS) disse que embora isso seja designado por lei o processo de formação de conselho hoje nas unidades de conservação do Estado é mais aberto, participativo e constituído com todos, e que não chegam ditando o regimento interno.

O Sr. Osvaldo Caniato (Mauatur) falou que o mesmo estava assustado com a quantidade de conselhos e afirmou que é impossível participar de todos. E que todos são deliberativos e não consultivos e que tudo acontece conforme o pensamento do gestor. Falou que a sociedade precisa participar, envolver e fazer com que o gestor público seja menos poder público e mais servidor.

O mesmo falou que é absolutamente contra os conselhos de chapa branca e que a sociedade precisa se organizar para impor o que ela quer. Terminou dizendo da importância de criar um conselho de Visconde de Mauá sem o estado e município, mas com o envolvimento da população.

O Sr. Antônio C. A. Teixeira (SINDICATO RURAL) disse que os Conselhos para ter mando ou ser ouvido, precisam ser criados por lei, porque quem criou a lei vai ter que obedecer este conselho e afirmou que acredita na força dos Conselhos.

O Sr. Sérgio Maia (NOVA TERRA) disse que era importante contar como surgiu o conselho gestor, e disse que o conselho veio de um projeto de gestão socioambiental, com os projetos financiados por ONGs internacionais, e que foi feito um levantamento com as principais necessidades da comunidade da microbacia do Rio Preto. E que através desse trabalho culminou um conselho gestor a partir de um acordo entre os dois estados, ICMbio e os três municípios, e que os três Prefeitos assinaram um acordo de parceria que iria unir esforços numa gestão integrada da região. O mesmo falou que esse conselho não nasceu de chapa branca, porém, a sociedade convidou o estado para integrar este conselho, e que os projetos poderiam ser discutidos entre ambos. Disse ainda, que este conselho funcionou cerca de três anos sem qualquer institucionalidade, e que para qualquer conselho funcionar efetivamente é necessário um consórcio intermunicipal e interestadual e abaixo desse consórcio um conselho deliberativo que fosse formado pelas Associações, ONGs ou Instituições de Visconde de Mauá. O Sr. Sérgio Maia (NOVA TERRA) falou da necessidade de se juntarem, porque têm processos importantíssimos a serem resolvidos. Disse ainda, que a região precisa de um controle de acesso, através do Pórtico, que terá uma taxa ambiental a ser cobrada e o mesmo espera que o resultado dessa taxa seja investido na região. E que essa taxa tem a finalidade de controlar o acesso, portanto o valor a ser cobrado nessa taxa deva sim ter a participação da sociedade. Terminou dizendo que eles precisam juntar forças para tentar controlar o problema da estrada porque senão terão invasão e também sobre o estudo de capacidade de cargas, para que se institua a taxa.

O Sr. Alfredo Carvalho (NOVA TERRA) falou que é muito poder concentrado em uma área pequena, e que essa área pertence à APA, Parque Nacional, os três municípios e ao PEPS. Disse que esses órgãos ambientais têm gerência na parte que não é zona urbana, porque zona urbana é área da Prefeitura. E que para fazer qualquer coisa ali precisam da presença desses atores, que pode ser de instituição municipal, federal ou estadual. E o que for decidido ali, a comunidade precisa cobrar dos órgãos responsáveis e exigir que estes tenham respeito para com a sociedade. Terminou dizendo que é importante a presença do Ministério das Cidades.

O Sr. Antônio C. A. Teixeira (SINDICATO RURAL) solicitou que quando fosse feito o estudo de carga e a utilização da taxa ambiental que levassem em consideração nesse estudo a degradação ambiental que está acontecendo no vale do rio Preto e em relação ao Pórtico o mesmo disse que ficou muito avançando e está fechando o acesso ao vale do Bonsucesso.

O Presidente disse ao Sr. Antônio Carlos que esse assunto é para ser discutido em um outro momento, porque hoje estávamos aqui para decidir sobre o atual conselho. O Sr. Antônio C. A. Teixeira (SINDICATO RURAL) disse que em sua opinião esse conselho deve continuar até se efetivar o outro.

A Sra. Jussara Nunes (ACVM) acrescentou que esse Conselho que está sendo criado pelo SEBRAE, está dentro do Projeto da Estrada Parque e que faz parte de um projeto. A mesma falou que é uma lei a criação do Conselho do Parque e da Estrada Parque. O Sr. Derek Sharp (MAUATUR) respondeu que no PBA (Plano Básico Ambiental) existe a necessidade de se ter um conselho gestor da Estrada Parque, porém, não é obrigatório, não é imposto por lei, mas que o Estado decidiu desenvolver um conselho.

O Presidente perguntou qual o Conselho está sendo proposto pelo SEBRAE. O Sr. Derek Sharp (MAUATUR) respondeu que o Conselho do Estado abrange a área de influência da Estrada Parque, e que existe um planejamento para criação de um conselho para área de influência da Estrada Parque, que provavelmente vai gerir a taxa ambiental, portal, etc. Será um conselho para a RJ 151 e 163.

O Presidente falou que participou de uma reunião juntamente com o Sr. Firmino e que naquela ocasião, foi falado que o Conselho Gestor teria uma cadeira nesse Conselho. O Presidente voltou ao assunto sobre a decisão que seria tomada em relação ao Conselho Gestor da Microbacia do Alto Rio Preto, se o mesmo iria continuar existindo e de que forma, ou se iria agregar ao conselho proposto pelo SEBRAE.

Porém, alguns dos que estavam presentes expuseram suas opiniões em relação ao atual conselho. O Presidente perguntou se naquele momento tínhamos representatividade para que se fizesse a votação. O Sr. Derek Sharp (MAUATUR) respondeu que a convocação se fez no dia 1º de agosto de 2013, tempo bastante para todos se representarem, e acrescentou que o conselho está tão desgastado que ele cria essa situação de inércia das pessoas em participar.

O Presidente disse que precisava de uma decisão, para que pudesse solicitar um decreto para que o atual conselho fosse extinto. Em seguida, foi colocado em votação pela reestruturação ou extinção do Conselho Gestor de Mauá.

E a votação seguiu da seguinte forma: As Instituições NOVA TERRA, APROVIM, ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS E PEQUENOS PRODUTORES optaram por reestruturar o atual conselho, e a ACVM, MAUATUR, SINDICATO RURAL, AMAR/MINAS e PEPS optaram por extinção.

Em seguida o Presidente falou que após estudar, escutar e discutir, disse que também votaria pela extinção, porém, acha fundamental que se tenham outra forma de organização, representação e que era a oportunidade de começar com mais união.

Falou que levará o resultado da votação a Prefeitura de Resende e será proposto da extinção desse conselho. Afirmou que não está se isentando de trabalhar e ajudar na formação da nova representatividade, mas não acha justo que o município de Resende fique com a coordenação da região, porém, precisa sim ter uma cadeira neste novo conselho.

O Sr. Sergio Maia (NOVA TERRA) pediu a palavra e falou que precisamos dar a chance das coisas acontecerem, uma vez que já está decidido à extinção do Conselho Gestor da Bacia, e que vai ser criar um Conselho do Estado, que terão que acompanhar a criação de conselho e ver se ele é realmente representativo, e se vai cobrir Bocaina de Minas.

A Sra. Patrícia Carvalho (APROVIM) pediu a palavra e falou que espera que esse novo conselho seja criado com base democrática. Às doze horas e vinte minutos o Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros, e não havendo mais nada a relatar, eu, Regina Gama – AMAR lavrei esta ata. Resende, 02 de setembro de dois mil e treze.

**Entidades presentes:** Wilson Oliveira R. de Moura - AMAR; Jussara Nunes – ACVM; Patrícia Carvalho – APROVIM; Alfredo Carvalho – NOVA TERRA; Vladimir Modercin – AMAR MINAS; Alfredo Dietrich - AMAR MINAS; Julio Buschinelli – MAUATUR; Sérgio Maia – NOVA TERRA; Antônio C. A. Teixeira – SINDICATO RURAL; Osvaldo Caniato – MAUATUR; Derek Sharp – MAUATUR; Aline Turque – INEA/PEPS; Rodrigo Rodrigues – INEA/PEPS; Rogério Buhler Menandro – AMARMINAS; Agmar H. Bitencourt – AAPPRVM; Regina Gama - AMAR